



Projeto "Justiça climática e incidência em políticas públicas internacionais: divulgação científica, juventude e participação cidadã"

# Podcast Despertar Climático

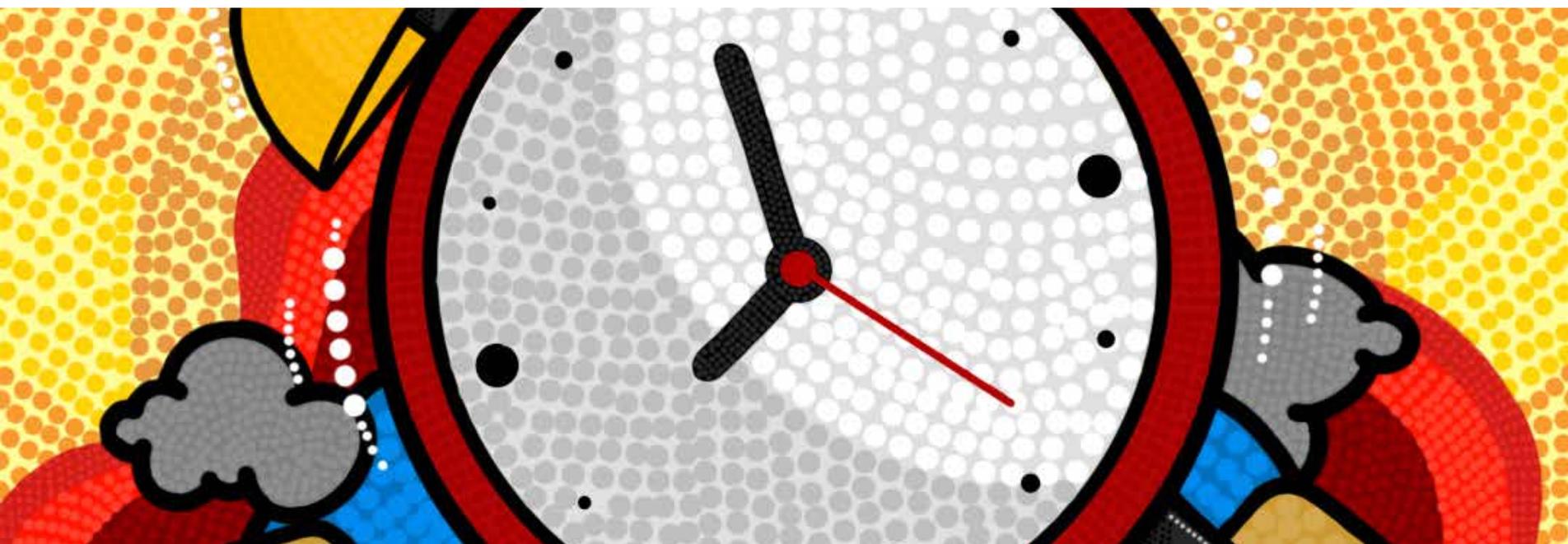
## Guia de episódios

**Trabalho da disciplina IRI1518**  
**Metodologia e Práticas de Pesquisa**  
**Extensão 2024.2**

Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio



# Sumário



## **Apresentação**

Victória Santos

**03**

## **Episódio 1**

Gentrificação, Ilhas de Calor e Infraestrutura: O Racismo Ambiental nas Favelas do Rio de Janeiro  
Alvaro Climaco, Bruna de Santana, Davi Dayube, Gabriel de Alexandria e Larissa Firmino

**05**

## **Episódio 2**

Natureza em perigo: Ecocídio e conflitos atuais  
Catharina Souza, Laura Lütolf, Letícia Tonelli e Marco Antonio Padilha

**06**

## **Episódio 3**

- Extração ilegal da madeira e as mudanças climáticas  
Enzo Gambetta, Giovanna Ghetti, Sophia Calabria, Theo Lopes, Vitor Peres

**07**

## **Episódio 4**

Justiça das águas  
Carla Oliveira; Enzo Cosenza, Izadora Levi; João Albuquerque, Leonardo Teixeira e Pedro Borges

**08**

## **Episódio 5**

- Privatização da CEDAE: Racismo Ambiental e o Acesso Desigual à Água no Rio de Janeiro  
Beatriz Geik, Érico Rocha, Luísa Elerati, Nelson Neto, Uliana Teixeira e Victor Barbosa

**09**

## **Episódio 6**

Povos ribeirinhos do Rio Negro e da Baía de Guanabara  
Alice Araujo, Cauã Campanario, Gabriel Ferreira, Giovanna Mocco, Rafaela Cabral

**10**

## **Episódio 7**

Agro é morte, Terra é vida: a luta dos povos indígenas pelo tekoha  
Clara de Assis, Laila Tulani Silva, Maria Clara Hierro, Maria Victória Bastos, Marina Zenha e Pedro Paulo Panaro

**10**

## **Episódio 8**

Expectativas da COP 30 para mitigar as mudanças climáticas do Norte do Brasil  
Beatriz Baêta, Betina De Carolis, Helena Psomopoulos, Luciana Crivellari e Yasmim Motta

**12**

# Apresentação

Victória Santos



Na cidade do Rio de Janeiro, certas comunidades são desproporcionalmente afetadas por problemas socioambientais, como inundações, ondas de calor extremo e deslizamentos. Ao mesmo tempo, importantes lacunas na produção e acesso a dados essenciais para o enfrentamento destas questões trazem obstáculos à sua gestão efetiva e participativa. Um componente fundamental deste cenário é a capacidade das populações afetadas e da comunidade científica de comunicar e incidir em políticas públicas de prevenção e enfrentamento a desastres dessa natureza.

Nesse contexto, o projeto **“Justiça climática e incidência em políticas públicas internacionais: divulgação científica, juventude e participação cidadã”** propõe contribuir para a construção de uma cidade mais justa e sustentável com base nos pilares da democratização do acesso à informação climática, da educação ambiental e da promoção da cidadania. Seu principal eixo é a troca de saberes entre lideranças periféricas e a comunidade universitária da PUC–Rio para a disseminação de conhecimento e construção de capacidades, visando promover a participação cidadã na formulação de políticas públicas internacionais que permitam pensar soluções para os desafios socioambientais da cidade.

Através da colaboração entre o **Instituto de Relações Internacionais e o Laboratório de Humanidades Digitais da PUC–Rio e o Instituto PerifaLab**, são realizadas oficinas de elaboração de podcasts sobre a agenda climática, em preparação para as discussões da Reunião do G20 no Rio em 2024 e da COP 30 em Belém do Pará em 2025. O projeto foi viabilizado pelo Edital de apoio à Extensão Universitária em contextos de vulnerabilidade (2024) do Instituto de Estudos Avançados em Humanidades da PUC–Rio (IEAHu/PUC–Rio), e conta também com o apoio da Prefeitura do Rio de Janeiro e da Plataforma Socioambiental do BRICS Policy Center.

No segundo semestre de 2024, uma série de atividades foram desenvolvidas no âmbito deste projeto. Foi criado um espaço para a produção de podcasts no Laboratório de Humanidades Digitais da PUC–Rio, que pode ser utilizado por membros da comunidade PUC–Rio e pelos parceiros do projeto. Além disso, foi realizada, nos dias 13 e 20 de setembro, uma Oficina de Produção de Podcasts com Ferramentas Gratuitas, oferecida pelo jornalista Thiago Kaczuroski. A oficina foi aberta a professores, pesquisadores e alunos convidados da PUC–Rio, bem como aos parceiros do projeto – membros do Instituto PerifaLab e lideranças periféricas ligadas ao projeto Jovens Negociadores do Clima.



Ainda ao longo do semestre, foram realizadas três oficinas de mentoria como parte das disciplinas Metodologia e Práticas de Pesquisa e Extensão I (IRI1517) e II (IRI1518), da graduação em Relações Internacionais da PUC–Rio. Nos dias 19 de setembro, 10 de outubro e 24 de outubro, os alunos tiveram contato com conceitos chave na discussão sobre justiça climática, como o racismo ambiental; e com temas específicos, como a relação entre mudanças climáticas e segurança alimentar. Também foram discutidas as possibilidades de comunicação com incidência política sobre essas agendas.

Nas oficinas de mentoria, estiveram presentes nove convidados selecionados pelo Instituto PerifaLab, com atuação na agenda climática:

- Beatriz Triani – Columbia Global Center
- Gaio Jorge – Instituto PerifaLab
- João Pedro Cavalcanti – Jovens Negociadores pelo Clima
- Juliana Coutinho – Visão Coop
- Kaya Mendes – Residente Comitê RioG20
- Luísa Barreto – Instituto PerifaLab
- Marcelle Oliveira – Instituto PerifaLab
- Raquel Ribeiro – Meu Rio/Nossas
- Vinicius Lopes – Plataforma Cipó

Ao longo desse processo, os alunos de ambas as disciplinas desenvolveram projetos de pesquisa e contaram com a orientação dos convidados, da professora (Victória Santos) e das estagiárias docentes (Eduarda Lopes e Luisa Mercedes), além do apoio das monitoras das disciplinas (Ainã Barreto e Raissa Caliano). Os alunos da disciplina IRI1517 desenvolveram entradas para uma mini-enciclopédia da justiça climática, a ser divulgada em breve.

## Podcast Despertar Climático – Guia de episódios

Projeto "Justiça climática e incidência em políticas públicas internacionais: divulgação científica, juventude e participação cidadã"



Já os alunos da disciplina IRI1518, divididos em grupos, produziram a primeira temporada do podcast Despertar Climático. Após a elaboração e revisão dos roteiros, os episódios foram gravados em novembro no Laboratório de Humanidades Digitais da PUC-Rio, contando com o apoio da Profa. Luísa Lobato e das pós-graduandas Raquel Santos e Luísa de Mesquita. Em seguida, os alunos fizeram a edição dos episódios, a partir das orientações da Oficina de Produção de Podcast. Uma primeira versão foi apresentada e revisada por toda a turma, antes da entrega final; e o nome do podcast também foi escolhido pela turma. Além disso, a arte do podcast foi feita por Ísis Tulani, a quem agradecemos!

Este guia reúne os textos de apoio elaborados pelos alunos em conexão com cada um dos episódios, incluindo as referências das informações contidas nos textos e nos próprios episódios. Vale notar que o conteúdo dos episódios e dos textos reflete as opiniões pessoais e o trabalho de pesquisa dos alunos – e não das instituições envolvidas no projeto. **Toda a temporada já pode ser acessada no Spotify.**

Assim, por meio da capacitação de estudantes de graduação da PUC-Rio e de jovens lideranças na agenda climática ligadas ao Instituto PerifaLab e seus parceiros, as atividades deste projeto promovem a participação cidadã na formulação, implementação e monitoramento de políticas públicas internacionais no campo climático. Nossas atividades continuarão ao longo de 2025 – acompanhe as redes sociais do IRI/PUC-Rio para saber mais!



## Episódio 1



### Gentrificação, Ilhas de Calor e Infraestrutura: O Racismo Ambiental nas Favelas do Rio de Janeiro

Alvaro Clímaco, Bruna de Santana, Davi Dayube, Gabriel de Alexandria e Larissa Firmino

Você já parou para pensar como o lugar onde vivemos pode impactar nossa saúde, qualidade de vida e até mesmo nossa sobrevivência? No episódio Gentrificação, Ilhas de Calor e Infraestrutura: O Racismo Ambiental nas Favelas do Rio de Janeiro, os alunos Álvaro Clímaco, Bruna de Santana, Davi Dayube, Gabriel de Alexandria e Larissa Firmino, da disciplina de Metodologia e Práticas de Pesquisa e Extensão II da PUC-Rio, adentram no conceito de racismo ambiental e como ele se manifesta nas favelas do Rio de Janeiro.

Mas você sabe o que é, de fato, o racismo ambiental? Esse conceito vai muito além das questões de preservação ambiental. Ele afeta diretamente a vida das populações mais vulneráveis, especialmente nas periferias e favelas, onde a infraestrutura precária e os impactos das mudanças climáticas são mais intensos. O termo surge para descrever o impacto desproporcional dos problemas ambientais sobre populações marginalizadas — principalmente negras, indígenas e quilombolas — que, historicamente, foram empurradas para áreas periféricas e favelas, sem o devido planejamento urbano.

Porém, esse problema não é recente. Para entender o racismo ambiental e a falta de infraestrutura urbana no estado do Rio de Janeiro, voltamos no tempo para o período pós-abolicionista, quando ex-escravizados e imigrantes se instalaram em cortiços, que, mais tarde, foram demolidos por causa de políticas higienistas, forçando essas populações a se deslocarem novamente. Para ilustrar isso, falamos sobre a gentrificação — o processo de transformação de bairros populares em áreas de elite, forçando as comunidades a deixarem suas casas para dar lugar a novos empreendimentos imobiliários. Mas o que acontece com essas pessoas? Para onde elas vão? E como isso se conecta com os problemas de infraestrutura nas periferias? Além disso, discutimos o impacto das mudanças climáticas e das ilhas de calor. Por que as favelas estão mais quentes? A falta de áreas verdes, o excesso de concreto, a alta densidade populacional e a falta de planejamento urbano fazem com que o calor e os desastres ambientais, como chuvas fortes e deslizamentos, atinjam com mais força populações marginalizadas.

Essas questões mostram como o racismo ambiental é um problema estrutural e sistemático no Rio de Janeiro. Mas o que essas comunidades têm em comum? Ao refletirmos sobre as

vítimas mais afetadas por essas questões, vemos como há um cruzamento entre raça, classe e gênero. Neste episódio, trazemos a contribuição de autores como Du Bois e Fanon para discutir a dimensão racial dos problemas ambientais no Rio de Janeiro. E, por fim, queremos refletir com você: por que certas comunidades ainda não têm direito ao bem-estar ambiental?

### Referências

- AGÊNCIA BRASIL. Aldeia Maracanã mantém tradições indígenas e cobra reconhecimento. Agência Brasil, Rio de Janeiro, 19 abr. 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2017-04/aldeia-maracana-mantem-tradicoes-indigenas-e-cobra-reconhecimento>. Acesso em: 30 de outubro de 2024.
- ALVES, Gabrielle; DE PAULA, Mariana. Justiça ambiental depende da justiça racial: o racismo ambiental e climático nas favelas do Rio. *Le Monde Diplomatique Brasil*, 03 dez. 2021. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/o-racismo-ambiental-e-climatico-nas-favelas-do-rio/>. Acesso em: 29 out. 2024.
- BOUQVAR, Nina. Racismo Ambiental e Agenda 2030: Uma Análise sobre o Município do Rio de Janeiro. 2022. 47 f. Dissertação (Mestrado em Análise e Gestão de Políticas Internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022. <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/62254/62254.PDF>. Acesso em: 29 out. 2024.
- CARVALHO, Janaína, SERRA LIMA, Marcos. 'Década jogada no lixo': dez anos após o aterro fechar, ex-catadores de Jardim Gramacho vivem na miséria e em condições insalubres. *G1*, Rio de Janeiro, 30, 05 de 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2022/05/30/decada-jogada-no-lixo-dez-anos-apos-aterro-fechar-ex-catadores-de-jardim-gramacho-vivem-na-miseria-e-em-condicoes-insalubres.ghtml>. Acesso em: 30 de outubro de 2024.
- CARVALHO, José Murilo de. Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- COSTA PINTO, L. A. O Negro no Rio de Janeiro – Relações de raça numa sociedade em mudança. Rio de Janeiro: EDUF RJ, 1998.
- DU BOIS, W. E. B. As almas do povo negro. São Paulo: Veneta, 2021.
- TEIXEIRA, José Maria. Pareceres apresentados pelos membros do Conselho Superior de Saúde Pública. Sessão de 8 de julho de 1886, p. 20.
- FANON, Frantz. Pele negra, máscaras brancas. Salvador: EDUFBA, 2008.
- GARTLAND, Lisa. Ilhas de Calor: Como Mitigar Zonas de Calor em Áreas Urbanas. São Paulo: Oficina de Textos, 2010.
- GENERAL Accounting Office. Siting of Hazardous Waste Landfills And Their Correlation With Racial And Economic Status Of Surrounding Communities, 1983. Disponível em: <http://archive.gao.gov/d48t13/121648.pdf>. Acesso: 29 out. 2024.
- GENTRIFICAÇÃO e Favelas Cariocas. In: Dicionário de Favelas Marielle Franco. Rio de Janeiro: Wikifavelas, [s. d.] Disponível em: [https://wikifavelas.com.br/index.php/Gentrifica%C3%A7%C3%A3o\\_e\\_Favelas\\_Cariocas](https://wikifavelas.com.br/index.php/Gentrifica%C3%A7%C3%A3o_e_Favelas_Cariocas). Acesso em: 31 out. 2024.
- GLASS, Ruth. London: aspects of change. London: MacGibbon & Kee, 1964.
- GONÇALVES, Rafael Soares. Favelas do Rio de Janeiro: História e Direito. Rio de Janeiro: Pallas, Ed. PUC-Rio, 2013.
- INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística. Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.
- INSTITUTO de Pesquisa Econômica Aplicada. Retrato das desigualdades de gênero e raça. 4 ed. Brasília: Ipea, 2011.
- JESUS, Carolina Maria de. Quarto de despejo – diário de uma favelada. São Paulo: Francisco Alves, 1960.
- LANNON, Carlos de. Relatório internacional aponta que siderúrgica em Santa Cruz, no Rio, polui ar da região de maneira 'devastadora'. *G1*, Rio de Janeiro, 17 de Setembro de

2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2024/09/17/relatorio-internacional-aponta-que-siderurgica-em-santa-cruz-no-rio-polui-ar-da-regiao-de-maneira-devastadora.ghtml>. Acesso em: 30 out. 2024.

LOBO, E.; CARVALHO, L.; STANLEY, M. Questão habitacional e o movimento operário. Rio de Janeiro: UFRJ, 1989.

MAGALHÃES, João Carlos Ramos. Histórico das favelas na cidade do Rio de Janeiro. Revista Desafios do Desenvolvimento. Brasília, v. 7, n. 63. 2010.

MBEMBE, Achille. Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. Tradução de Renata Santini. São Paulo: N-1 edições, 2018.

NITAHARA, Akemi. Aldeia Maracanã mantém tradições indígenas e cobra reconhecimento. Agência Brasil, Rio de Janeiro, 19 de abril de 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2017-04/aldeia-maracana-mantem-tradicoes-indigenas-e-cobra-reconhecimento>. Acesso em: 30 de outubro de 2024.

PACHECO, Tania. "Inequality, Environmental Injustice, and Racism in Brazil: Beyond the Question of Colour". In: *Development in Practice*. Aug. 2008, Vol.18(6) (<https://doi.org/10.1080/09614520802386355>). Versão em português disponível em <https://racismoambiental.net.br/textos-e-artigos/desigualdade-injustica-ambiental-e-racismo-uma-luta-que-transcende-a-cor/>, sob o título "Desigualdade, injustiça ambiental e racismo: uma luta que transcende a cor". Acesso em: 29 de Outubro de 2024.

PACHECO, T. "Racismo Ambiental: o que eu tenho a ver com isso?". *Combate Racismo Ambiental*. <https://racismoambiental.net.br/racismo-ambiental-o-que-eu-tenho-a-ver-com-isso/>. 2020. Acesso: 28 de Outubro de 2024.

PEREIRA, Alvaro Luis dos Santos. A Gentrificação e a Hipótese do Diferencial de Renda: limites explicativos e diálogos possíveis. *Cadernos Metrôpoles*, São Paulo, v. 16, n. 32, pp. 307-328, nov. 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2014-3201>. Acesso em: 28 out. 2024.

REDAÇÃO G1. 'Década jogada no lixo': dez anos após o aterro fechar, ex-catadores de Jardim Gramacho vivem na miséria e em condições insalubres. G1, Rio de Janeiro, 30, mai. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2022/05/30/decada-jogada-no-lixo-dez-anos-apos-aterro-fechar-ex-catadores-de-jardim-gramacho-vivem-na-miseria-e-em-condicoes-insalubres.ghtml>. Acesso em: 30 out. 2024.

SANTOS, Teresa. *Racismo ambiental: o que é isso?* Fiocruz, 2022. Disponível em: <https://www.invivo.fiocruz.br/sustentabilidade/racismo-ambiental/>. Acesso em: 29 out. 2024.

SOUZA, Lea Cristina Lucas de; TENTE, Cezar Mecozzi; GIUNTA, Mariene Benutti; NAKATA, Camila Mayumi. Fator de visão do céu e intensidade de ilhas de calor na escala do pedestre. *Ambiente Construído*, Porto Alegre, v. 10, n. 4, p. 155-167, out./dez. 2010. <https://www.scielo.br/j/ac/a/fWKcfrPGstgWMJV46V8Tp5h/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 29 out. 2024.

TOLEDO, Bruna Brum de. A formação das favelas na cidade do Rio de Janeiro: uma análise baseada na segregação populacional e exclusão social. In: *Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social*, 16., 2018 Anais eletrônicos [...]. Publicado em 21 maio 2019.

VAZ, Lílian Fessler. "Do cortiço à favela, um lado obscuro da modernização do Rio de Janeiro". In: SAMPAIO, M.R.A (ed.). *Habituação e cidade*. São Paulo: FAU/USP-Fabesp, 1988, p. 39-52.

YANG, Li et al. Research on Urban Heat-Island Effect. *Procedia Engineering*, 2016.

## Episódio 2



### Natureza em perigo: Ecocídio e conflitos atuais

Catharina Souza, Laura Lütolf, Letícia Tonelli e Marco Antonio Padilha

Você já refletiu sobre os impactos ambientais devastadores que podem surgir de conflitos armados? Como a destruição de ecossistemas pode afetar não só o meio ambiente, mas também as populações que dependem dele? No nosso episódio, iremos mergulhar no conceito de Ecocídio, explorando como a destruição ambiental deliberada ou negligente está diretamente relacionada a conflitos em andamento, como o da Rússia e Ucrânia. Além disso, discutiremos casos históricos, como os ataques químicos no Vietnã, e os desafios que o reconhecimento do Ecocídio enfrenta no sistema internacional.

Para a realização do Podcast, optamos por utilizar fontes como artigos, publicações em jornais, livros e análises que falam sobre desastres naturais no conflito Rússia-Ucrânia e explicam o fenômeno do Ecocídio. Com isso, gostaríamos de debater a importância desta questão ambiental e suas especificidades de forma aberta não só ao escopo ambiental, como também envolvendo problemas na resolução desses conflitos em um contexto de políticas internacionais.

### Referências

ANTHES, E. A 'Silent Victim': How Nature Becomes a Casualty of War. Research on past conflicts suggests that the war in Ukraine could have a profound environmental impact. *New York Times*. April 13. 2022. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2022/04/13/science/war-environmental-impactUkraine.html>.

INSTITUTE, Aspen. What is Agent Orange. Disponível em: <https://www.aspeninstitute.org/programs/agent-orange-in-vietnam-program/what-is-agent-orange/>.

KUPRIANOVA, L. e KUPRIANOVA, D. Ecocide as a precursor of a particularly acute and postponed genocide of Ukrainian and European population in 2023. *Journal of Education, Health and Sport*. 2023; 37(1):174-189.

MINKOVA, L. G. The fifth international crime: Reflections on the definition of "ecocide". *Journal of genocide research*, v. 25, n. 1, p. 62-83, 2023. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/epdf/10.1080/14623528.2021.1964688?needAccess=true>

RAWTANI, D. et al. Environmental damages due to war in Ukraine: A perspective, *Science of the Total Environment* 850 (2022).

RNZ NEWS. What would it take to make ecocide an international crime? Disponível em: <https://www.rnz.co.nz/news/>

environment/530094/what-would-it-take-to-make-ecocide-an-international-crime.

UCRÂNIA. Current losses to Ukrainian ecosystems estimated at USD 65 billion: Prime Minister at environmental security conference. Disponível em: <https://www.kmu.gov.ua/en/news/nyshni-zbytky-ukrainskym-ekosystemam-otsiniuitsia-v-65-miliardiv-dolariv-premier-ministr-na-konferentsii-shchodo-ekolohichnoi-bezpeky>

## Episódio 3



### Extração ilegal da madeira e as mudanças climáticas

Enzo Gambetta, Giovanna Ghetti, Sophia Calabria, Theo Lopes, Vitor Peres

Você já parou para pensar nos danos que a extração ilegal de madeira pode causar no meio ambiente? Já reparou nos impactos que o desmatamento pode ter em nosso cotidiano? E de que forma o efeito estufa e as mudanças climáticas se relacionam com isso tudo? Neste episódio do PodCast "Despertar Climático", os estudantes do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio (IRI) Enzo Gambetta, Giovanna Ghetti, Sophia Calabria, Theo Lopes e Vitor Peres irão propor uma discussão acerca do perigoso mercado ilegal de extração madeireira no Brasil, mostrando suas consequências sobretudo para as mudanças climáticas, para a fauna e para a flora do país. Além disso, explora-se como os trabalhadores e povos originários que vivem nas áreas mais afetadas têm sua rotina prejudicadas pela problemática. O tema surgiu diante da observação das seguintes notícias: "Extração ilegal de madeira aumenta 22% no Pará" (G1, 2024), "Quase metade da madeira extraída no Pará é ilegal, mostra estudo" (ECO, 2024), "Extração ilegal de madeira aumentou 19% na Amazônia" (IMAZON, 2024), "Exploração de madeira cresce mais de 500% em Roraima; maior parte é ilegal" (BRASIL DE FATO, 2024) e "Exploração ilegal de madeira na Amazônia afetou área do tamanho de Belém entre 2021 e 2022" (ECO, 2024).

Diante dessas reportagens e da realização de pesquisas, foram estudados o caso da extração ilegal no Pará, ocorrida entre 2021 e 2022, e consultados dados do Sistema de Monitoramento da Exploração Madeireira (SIMEX). Também foram mapeados números registrados no Sistema de Gestão

Fundiária (Sigef) e leis, como a Política Nacional do Meio Ambiente e a legislação sobre a Mata Atlântica, entre outras fontes. No episódio, são apontadas as diferenças entre o corte legal e ilegal de madeira e explicados os processos de desvalorização de propriedades, além da invasão de terras pertencentes a povos indígenas ou protegidas pela legislação ambiental. O principal intuito é conscientizar a sociedade civil sobre os efeitos da extração ilegal para o meio ambiente e para a vida humana, bem como o que tem sido feito para combater as atitudes criminosas no Brasil.

### Referências

AXL COMPANY. LICENÇA para extração de madeira: Saiba quais são. SELVA florestal. Disponível em: <[https://brasildefatorj.com.br/2024/08/23/exploracao-de-madeira-cresce-em-mais-de-500-em-roraima-maior-parte-e-ilegal](https://selvaflorestal.com/licenca-para-extracao-de-madeira-saiba-quais-sao/#:~:text=O%20DOF,Documento%20de%20Origem,de%20qual%20tipo%20ela%20ser%C3%A1.></a>>. Acesso em: 25 de out de 2024.</p><p>BATAIER, Carolina. Exploração de madeira cresce mais de 500% em Roraima; maior parte é ilegal. Brasil de Fato, 2024. Disponível em: <a href=). Acesso em: 22 de out de 2024.

DESTRUIR a terra para alimentar a fome insaciável por madeira. WWF. Disponível em: [>. Acesso em: 25 de out de 2024.](https://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/areas_prioritarias/amazonia1/ameacas_riscos_a_mazonia/desmatamento_na_amazonia/extracao_de_madeira_na_amazonia/#:~:text=As%20consequ%C3%ancia%20s%C3%A3o%20graves%3A%20perda%20de%20clima%20e%20do%20ciclo%20hidrol%C3%B3gico.></a>. Acesso em 23 de out de 2024.</p><p>EXTRAÇÃO ilegal de madeira aumentou 19% na Amazônia. IMAZON, 2024. Disponível em: <<a href=)

EXTRAÇÃO ilegal de madeira aumenta 22% no Pará, aponta estudo. G1, Pará-Belém, 16 de ago de 2024. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2024/08/16/extracao-ilegal-de-madeira-aumenta-22per-cent-no-para-aponta-estudo.ghtml>>. Acesso em 23 de out de 2024.

MARTINS, Marcelo Guerra. CRIMINALIDADE organizada na exploração da madeira no Brasil: um modus operandi voltado à ilicitude de índole transnacional. Brasília, jan/jul, 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.54795/rejub.n.1.192>>. Acesso em: 22 de out de 2024.

MENDES, Lucas. Garimpo, madeira e grilagem: pesquisa liga crimes ambientais e caminho do dinheiro na Amazônia. CNN, Brasília, 28 de abr de 2024. Disponível em: <[https://www.poli.usp.br/noticias/1440-pesquisa-mostra-o-impacto-da-madeira-extraida-da-amazonia.html](https://www.cnnbrasil.com.br/politica/garimpo-madeira-e-grilagem-pesquisa-liga-crimes-a-ambientais-e-caminho-do-dinheiro-na-amazonia/#:~:text=A%20destrui%C3%A7%C3%A3o%20ilegal%20da%20floresta,conectar%20visando%20um%20benef%C3%ADcio%20m%C3%ADtuo.></a>>. Acesso em: 26 de out de 2024.</p><p>PESQUISA mostra o impacto da madeira extraída da Amazônia. Escola Politécnica da USP, 2024. Disponível em: <<a href=)>. Acesso em: 22 de out de 2024.

PRIZIBISCZKI, Cristiane. Quase metade da madeira extraída no Pará é ilegal, mostra estudo. ECO, 2024. Disponível em: <https://oeco.org.br/noticias/quase-metade-da-madeira-extraida-no-para-e-ilegal-mostra-estudo/>. Acesso em: 22 de out de 2024.

TUSSINI, Gabriel. Exploração ilegal de madeira na Amazônia afetou área do tamanho de Belém entre 2021 e 2022. ECO, 2022. Disponível em: <https://oeco.org.br/noticias/exploracao-ilegal-de-madeira-na-amazonia-afetou-area-do-tamanho-de-belem-entre-2021-e-2022/>. Acesso em: 22 de out de 2024.

## Episódio 4



### Justiça das águas

Carla Oliveira; Enzo Cosenza, Izadora Levi; João Albuquerque, Leonardo Teixeira e Pedro Borges

Pequenos Estados Insulares no Pacífico correm risco de desaparecer caso as mudanças sigam nesse ritmo. Frente a essa crise, ativistas da causa climática reiteram a necessidade de pensar este evento sob a ótica do conceito de Justiça Ambiental. Este define-se como o tratamento justo e o envolvimento significativo de todas as pessoas, independentemente de raça, cor, origem nacional ou renda, no que tange ao desenvolvimento, implementação de políticas e execução de leis ambientais (BULLARD, 2004). Em outras palavras, a Justiça Ambiental questiona como as consequências negativas da catástrofe ecológica tendem a afetar desproporcionalmente as populações mais vulneráveis, mesmo que estas sejam as menores contribuidoras para as causas do problema.

Seguindo essa lógica, este episódio propõe-se a explorar uma ramificação deste conceito: a Justiça das Águas, evidenciando a urgência desta questão para os Pequenos Estados Insulares. Para isso, utilizaremos a situação atual de Tuvalu como estudo de caso, analisando dados publicados por organizações internacionais e bibliografia referente ao tema. Formado por nove atóis que não ultrapassam três metros de altitude acima do nível do mar, este microestado da Polinésia é um dos territórios mais suscetíveis aos efeitos das mudanças climáticas, visto que a elevação do nível do mar causada pelo aquecimento global constitui uma ameaça existencial. Além do risco iminente de submersão, os tuvaluanos enfrentam uma crise hídrica e de subsistência, pois o aumento das temperaturas e mudanças no regime de chuvas têm afetado o abastecimento de água potável na ilha e o bem-estar do ecossistema marinho. Por sua vez, a escassez de recursos hídricos compromete as práticas tradicionais de aquicultura, agricultura e, principalmente, da pesca, que corresponde a 42% da renda nacional, criando uma situação de insegurança alimentar na população (WORLD BANK GROUP, 2021).

Desse modo, a situação de Tuvalu, e dos demais microestados insulares, expõe uma dimensão adjacente da justiça climática: o racismo ambiental. Esses países são habitados, na maior parte, por povos originários não brancos e apresentam pegadas de carbono ínfimas. Não obstante, sofrem os efeitos mais graves da crise climática, enquanto os países industrializados do Norte Global, os maiores causadores desses problemas ambientais, enfrentam consequências mais brandas. Nesse sentido, a população de Tuvalu encontra-se em uma posição

extremamente vulnerável, com 26% dos indivíduos abaixo da linha da pobreza e 15% emigrando entre 2005 e 2015 por temor do agravamento de suas condições de vida (WORLD BANK GROUP, 2021).

Dada a limitação de recursos e infraestrutura nos Pequenos Estados Insulares para responder aos desastres ambientais, estes dependem de ajuda internacional, o que é, de certo modo, problemático por conta da invisibilidade dessas populações. Diante desse desafio, promover a justiça climática é essencial para assegurar a sobrevivência e dignidade desses povos, buscando corrigir as desigualdades associadas às mudanças climáticas e implementando ações que protejam os mais vulneráveis.

Nesse âmbito, um exemplo de cooperação recente é o acordo Falepili Union, firmado em 2023 entre Tuvalu e Austrália, que oferece residência permanente para até 280 tuvaluanos por ano, além de apoio em segurança e mobilidade (EARTH.ORG, 2024). Além disso, existem também medidas de engenharia, como a construção de muros de contenção e outras infraestruturas para proteger as pessoas que habitam os litorais insulares do aumento do nível do mar (BETZOLD, 2015). No entanto, apesar de serem positivas no curto prazo, soluções tecnicistas como estas não enfrentam a raiz do problema, mantendo seus corolários a longo prazo. Assim, a justiça climática exige que as nações do Norte Global assumam sua responsabilidade pela contribuição histórica para o aquecimento global e apoiem soluções éticas e cooperativas.

### Referências

BETZOLD, C. Adapting to climate change in small island developing states. *Climatic Change*, v. 133, n. 3, p. 481-489, 2015.  
BULLARD, Robert. *Environment and Morality: Confronting Environmental Racism in the United States*. Identities, Conflict and Cohesion. Programme Paper number 8. 2004. United Nations Research Institute for Social Development.  
EARTH.ORG. Tuvalu's sinking reality: how climate change is threatening the small island nation. Disponível em: <https://earth.org/tuvalu-sinking-reality-how-climate-change-is-threatening-a-small-island-nation/>. Acesso em: 29 out. 2024.  
WORLD BANK GROUP. *Climate risk country profile: Tuvalu*. Washington, D.C.: World Bank, 2021

## Episódio 5



### Privatização da CEDAE: Racismo Ambiental e o Acesso Desigual à Água no Rio de Janeiro

Beatriz Geik, Érico Rocha, Luísa Elerati, Nelson Neto, Uliana Teixeira e Victor Barbosa

O episódio "Privatização da CEDAE: Racismo Ambiental e o Acesso Desigual à Água no Rio de Janeiro" aborda como a privatização da CEDAE no Rio de Janeiro impactou o acesso à água e ao saneamento básico, especialmente para comunidades vulneráveis. A privatização ocorreu em 2021, durante a pandemia de COVID-19, limitando a participação popular em um processo que afetou a vida da população, principalmente aqueles em vulnerabilidade social. O leilão, conduzido pelo BNDES, responsável por eleger o responsável pela captação hídrica carioca, dividiu o estado em quatro blocos, entregues a empresas privadas – como Águas do Rio, que ficou responsável por áreas como o Complexo da Maré.

A transformação da água em mercadoria, nesse sentido, restringiu o acesso de populações periféricas e de baixa renda, aprofundando desigualdades já existentes. Houve relatos de aumento das tarifas e redução na qualidade dos serviços, além da priorização de áreas economicamente mais viáveis, como a Zona Sul, em detrimento de regiões como a Baixada Fluminense e as favelas. Dito isso, esse cenário reflete o que é conhecido por racismo ambiental – como definido por Marcos Bernardino de Carvalho, que trata da discriminação contra populações marginalizadas no acesso a serviços essenciais e na distribuição desigual dos impactos ambientais.

Assim sendo, embora exista a tarifa social de água, ela não atende às necessidades de muitas famílias, especialmente as maiores, enquanto a burocracia para se cadastrar no programa dificulta o acesso ao benefício. Comunidades periféricas enfrentam desabastecimento regular, qualidade precária da água e a exclusão de planos de universalização do saneamento básico, que frequentemente priorizam regiões urbanizadas e com maior capacidade de pagamento.

A promessa de eficiência da privatização não se concretizou nas áreas mais vulneráveis. Nesse sentido, a lógica do lucro prioriza investimentos onde há maior retorno financeiro, ignorando as necessidades de quem mais depende desses serviços. Muitas comunidades periféricas, como o Complexo da Maré, permanecem sem infraestrutura adequada, sujeitas a enchentes, lixo acumulado e doenças relacionadas à falta de saneamento básico. Isso contrasta com a realidade de regiões mais ricas, que

recebem melhorias significativas.

Por fim, o episódio questiona se a busca por eficiência e lucro justifica o sacrifício de direitos humanos básicos e o agravamento das desigualdades sociais e ambientais. Ele propõe que políticas públicas considerem a justiça ambiental, promovendo o acesso igualitário aos serviços de saneamento e água para todas as comunidades, independentemente de sua localização ou classe social.

O podcast "Despertar Climático", que é um projeto da PUC-Rio, busca despertar reflexões sobre justiça climática e equidade, evidenciando que o direito à água e ao saneamento é uma questão fundamental para a dignidade humana.

### Referências

- AGÊNCIA BRASIL. Privatização da CEDAE será dividida em quatro blocos de municípios. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2019-12/privatizacao-da-cedae-sera-dividi-da-em-quatro-blocos-de-municipios>. Acesso em: 30 de outubro de 2024.
- DATALABE. Água que pobre não bebe. Disponível em: <https://datalabe.org/agua-que-pobre-nao-bebe/>. Acesso em: 29 de outubro de 2024.
- GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Contrato de concessão dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário nos municípios do bloco. Disponível em: <https://www.compras.rj.gov.br/Gerenciador-Conteudo//arquivo/1667>. Acesso em: 30 de outubro de 2024.
- REDES DA MARÉ. Carta de Saneamento da Maré. Disponível em: <https://www.redesdamare.org.br/media/downloads/arquivos/COCOZAP-CARTA-DE-SANEAMENTO-DA.pdf>. Acesso em: 31 de outubro de 2024.
- TAVARES, Viviane. Passando a boiada do saneamento. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Rio de Janeiro, 31 jul. 2020. Disponível em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/reportagem/passando-a-boiada-do-saneamento>. Acesso em: 30 de outubro de 2024.
- THE INTERCEPT BRASIL. Privatização da companhia de saneamento do RJ põe em risco o acesso à água como direito humano. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2017/02/17/privatizacao-da-companhia-de-saneamento-do-rj-poe-em-risco-o-acesso-a-agua-como-direito-humano/>. Acesso em: 30 de outubro de 2024.

## Episódio 6



### Povos ribeirinhos do Rio Negro e da Baía de Guanabara

Alice Araujo, Cauã Campanario, Gabriel Ferreira, Giovanna Mocco, Rafaela Cabral

O episódio investiga as práticas sustentáveis de duas comunidades tradicionais brasileiras, os Kambebas e os caiçaras de Itacoa, focando nos desafios comuns de injustiça climática e violência epistêmica que enfrentam, mesmo localizados em regiões distantes do Brasil. Tais comunidades têm conhecimentos valiosos sobre conservação ambiental e convivência com ecossistemas locais, que frequentemente não são incorporados nas políticas públicas, agravando a exclusão socioambiental e limitando seu acesso à tomada de decisão em assuntos que diretamente impactam suas vidas.

Para embasar a análise, foram utilizadas reportagens, como "O papel ecológico e socioeconômico dos manguezais na Baía de Guanabara", livros como "Quem precisa de justiça climática no Brasil? Racismo ambiental e emergências climáticas no Brasil" e leituras de cartilhas do instituto Clima de Eleição, como "O que dizem os planos de governo?".

Outras referências, como A Terra dá, a Terra quer, de Nego Bispo, mostram que o conhecimento tradicional sobre manejo sustentável de ecossistemas, quando integrado às políticas públicas, tem o potencial de mitigar o impacto das mudanças climáticas. Bispo argumenta que os territórios indígenas e ribeirinhos não são apenas espaços físicos, mas representam também a identidade e a sobrevivência cultural desses povos. Ele sugere que a concepção de terra como "sujeito" que precisa ser cuidado deveria guiar políticas ambientais focadas na regeneração, contrapondo o modelo atual de exploração.

Ademais, a injustiça climática enfrentada pelos povos ribeirinhos e caiçaras é agravada pelo racismo ambiental, conforme explorado em Racismo ambiental e emergências climáticas no Brasil. O livro destaca como o avanço de grandes empreendimentos – como a mineração e o agronegócio – reduz o acesso dessas populações a recursos vitais, como solos férteis e fontes de água potável. Além disso, as políticas climáticas do país, em sua maioria focadas em áreas urbanas, ignoram a participação das comunidades tradicionais, o que amplia sua vulnerabilidade e limita a implementação de medidas de adaptação climática mais justas e eficazes.

### Referências

BELMONT, Marina. Racismo ambiental e emergências climáticas no Brasil. Disponível em: <https://peregum.org.br/publicacao/>

racismo-ambiental-e-emergencias-climaticas-no-brasil. Acesso em: 21 out. 2024.

CLIMA DE ELEIÇÃO. O que dizem os planos de governo?. Disponível em: [https://climadeeleicao.com.br/wp-content/uploads/2020/11/Clima-de-Eleic%CC%A7a%CC%83o\\_Pesquisa.pdf](https://climadeeleicao.com.br/wp-content/uploads/2020/11/Clima-de-Eleic%CC%A7a%CC%83o_Pesquisa.pdf). Acesso em: 20 out. 2024.

GREENPEACE. Análise dos planos de governo. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1nSVs1gVXzCL4UXHBBq1DvFWw4ag6xbIW/view>. Acesso em: 20 out. 2024.

OBSERVATÓRIO DO CLIMA. Quem precisa de justiça climática no Brasil?. Disponível em: [https://generoeclima.oc.eco.br/wp-content/uploads/dlm\\_uploads/2022/08/ESTUDO\\_Quem-Precisa-de-justicca-climatica.pdf](https://generoeclima.oc.eco.br/wp-content/uploads/dlm_uploads/2022/08/ESTUDO_Quem-Precisa-de-justicca-climatica.pdf). Acesso em: 21 out. 2024.

O ECO. O papel ecológico e socioeconômico dos manguezais na Baía de Guanabara.

SANTOS, Antônio Bispo dos. A Terra dá, a Terra quer. São Paulo: Ubu Editora/Piseagrama, 2023. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7944144/mod\\_resource/content/1/Antonio%20Bispo%20dos%20Santos%20-%20A%20terra%20da%CC%81%2C%20a%20terra%20quer-Ubu%20Editora%20%282023%29.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7944144/mod_resource/content/1/Antonio%20Bispo%20dos%20Santos%20-%20A%20terra%20da%CC%81%2C%20a%20terra%20quer-Ubu%20Editora%20%282023%29.pdf). Acesso em: 21 out. 2024.

UNICEF. Adolescentes e jovens de povos e comunidades tradicionais se reúnem em Belém.

## Episódio 7



### Agro é morte, Terra é vida: a luta dos povos indígenas pelo tekoha

Clara de Assis, Laila Tulani Silva, Maria Clara Hierro, Maria Victória Bastos, Marina Zenha e Pedro Paulo Panaro

O episódio "Agro é morte, Terra é vida: a luta dos povos indígenas pelo tekoha" aborda as tensões históricas e contemporâneas entre o agronegócio e os povos originários na disputa pelo acesso e pela preservação da terra. O episódio analisa a situação no Mato Grosso do Sul, onde o direito territorial dos povos Guarani-Kaiowá enfrenta as ameaças do avanço agressivo da produção agropecuária. A principal metodologia de pesquisa utilizada na produção do roteiro foi a revisão de literatura. A opção por essa abordagem metodológica teve por objetivo, não só a realização de uma ampla contextualização das disputas territoriais analisadas, como também a análise da importância dos significados que esses diferentes grupos sociais atribuem à terra e ao território. Nesse sentido, o roteiro foi construído a partir de uma extensa revisão bibliográfica, com base nos trabalhos

de antropólogos, historiadores e intelectuais de notoriedade no tema e também na produção acadêmica de pensadores indígenas guarani e kaiowá, a exemplo de Tônico Benites (2012 apud Arruzzo; Cunha; Santos, 2022).

O primeiro bloco do episódio explora alguns dos episódios recentes de violência entre fazendeiros, policiais e indígenas no Mato Grosso do Sul, trazendo à tona a gravidade e a atualidade dos conflitos. Já no segundo bloco, o episódio oferece uma introdução à cosmovisão dos povos Guarani e Kaiowá, por meio da apresentação do conceito de tekoha. Esse termo remete ao lugar vital onde se pode viver ao seu modo: não apenas um espaço físico de morada, mas um lugar de significado espiritual e ancestral, indispensável para a vida e para a cultura Guarani-Kaiowá. Essa visão amplia a compreensão sobre o território como algo essencial, mais que um bem material, dotado de profundos significados espirituais e culturais.

No terceiro e último bloco, o episódio se aprofunda na análise da expansão do agronegócio. São discutidos os impactos ambientais e sociais negativos da monocultura e da pecuária intensiva e como eles representam uma visão utilitarista sobre a terra. Essa é uma perspectiva que valoriza o lucro acima do respeito aos recursos naturais e à vida, contrastando fortemente com a visão indígena de cuidado e de interdependência com o território. Também são abordadas a influência cultural do agronegócio e a forma como esse setor molda a opinião pública brasileira, frequentemente posicionando-se como motor da economia nacional ao custo de vidas e de culturas tradicionais. O episódio, assim, convida a uma reflexão crítica sobre as diferentes relações com a terra, estimulando a audiência a questionar as práticas predatórias do agro e a considerar alternativas que respeitem os direitos e a visão dos povos originários. A luta dos povos indígenas, então, emerge como um chamado para repensarmos coletivamente a nossa relação com o meio ambiente, com a natureza e, sobretudo, com a terra enquanto espaço sagrado e essencial para a sobrevivência de todos os povos.

### Referências

AKATU. Povos indígenas: muito mais que guardiões das florestas. Disponível em: <https://akatu.org.br/povos-indigenas-muito-mais-que-guardioes-das-florestas/>. Acesso em: 25 out. de 2024.

ARRUZZO, Roberta Carvalho; CUNHA, Lívia Domiciano; SANTOS, Liziane Neves dos. Relações territoriais entre povos indígenas e agronegócio no Brasil: conflitos e resistências. *Revista Tamoios*, São Gonçalo, v. 18, n. 1, 2022. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/tamoios/article/view/63879>. Acesso em: 30 out. 2024.

ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS NO BRASIL. Mais um jovem Guarani Kaiowá é encontrado morto no Mato Grosso do Sul. *Articulação dos Povos Indígenas do Brasil*, 24 de set. de 2024. Disponível em: <https://apiboficial.org/2024/09/24/mais-um-jovem-guarani-kaiowa-e-encontrado-morto-no-mato-grosso-do-sul/>. Acesso em 23 out. de 2024.

AYOUB, Dibe; SERAGUZA, Lauriene; DOURADO, Maiara. Lutas pela terra, mulheres e violências: aproximações e distanciamentos desde as indígenas Guarani e Kaiowa, as posseiras de Trombas e Formoso e as mulheres dos faxinais de Pinhão. *Revista de Antropologia*, São Paulo, Brasil, v. 67, 2024. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/205164>. Acesso em: 30 out. 2024.

BRAND, Antônio. Os complexos caminhos da luta pela terra entre os Kaiowá e Guarani no MS. *Tellus*, Campo Grande, n. 6, p. 137-150, abr. 2004. Disponível em: <https://www.tellus.ucdb.br/tellus/article/view/82>. Acesso em: 30 out. 2024.

BRAND, A.; COLMAN, R.; SIQUEIRA, E. Território e

Sustentabilidade entre os Kaiowá e Guarani no Mato Grosso do Sul. ANPUH – XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Londrina, 2005. Acesso em 23 out. de 2024.

BRASIL. O que é racismo ambiental e de que forma impacta populações mais vulneráveis. Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/fatos/brasil-contra-fake/noticias/2024/o-que-e-racismo-ambiental-e-de-que-forma-impacta-populacoes-mais-vulneraveis>. Acesso em: 25 out. 2024.

FIAN BRASIL. Guarani e Kaiowá. Fian Brasil. Disponível em: <https://fianbrasil.org.br/guarani-e-kaiowa/>. Acesso em 23 out. de 2024

FIOCRUZ. MS – Povos indígenas Guarani-Kaiowá lutam por demarcação da TI Guyraroká. Mapa de conflitos Injustiça ambiental e a saúde no Brasil. Disponível em: <https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/ms-povos-indigenas-guarani-kaiowa-lutam-por-demarcacao-da-ti-guyraroka/>. Acesso em 23 out. de 2024.

GUARANI e Kaiowá: pelo direito de viver em Tekohá. Direção: Natália Luz. Produção: UNIC Rio. Brasil: ONU, 2017 (23 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ED5rHUIYEKE>. Acesso em: 23 out. de 2024.

LEMOS, F.; C.; GALINDO, D. Massacre e resistência Kaiowá e Guarani: interrogações às Psicologias nos traçados do intolerável. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 33, n. 4, p. 976-987, jan. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-98932013000400015>. Acesso em: 13 out. 2024.

MAPBIOMAS. Terras indígenas contribuem para a preservação das florestas. Disponível em: <https://brasil.mapbiomas.org/2022/04/19/terras-indigenas-contribuem-para-a-preservacao-das-florestas/>. Acesso em: 25 out. de 2024.

MÍDIA NINJA. Sonia Guajajara na ONU: "A luta pela Mãe Terra é a mãe de todas as lutas". *Pressenza*, 27 set. 2019. Disponível em: <https://www.pressenza.com/pt-pt/2019/09/sonia-guajajara-na-onu-a-luta-pela-mae-terra-e-amae-de-todas-as-lutas/>. Acesso em: 29 out. 2024.

MONARDO, Marcos. No território do agronegócio à luta pelo retorno ao tekoha: o conflito territorial envolvendo Guarani-Kaiowás e fazendeiros no Mato Grosso do Sul. *Revista Geonorte*, [s.l.], v. 7, n. 1, p. 767-781, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/revista-geonorte/article/view/1211/1093>. Acesso em: 30 out. 2024.

MOVIMENTO TODOS A UMA SÓ VOZ. Percepções sobre o agro: o que pensa o brasileiro. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2022/10/percepcoes-sobre-o-agro-todos-a-uma-so-voz-2022.pdf>. Acesso em: 25 de out. de 2024.

PAJOLLA, Murilo. Como o agronegócio cercou os Guarani Kaiowá por que os indígenas tentam retomar suas terras. *Brasil de Fato*, 29 jun. 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/06/29/como-o-agronegocio-cercou-os-guarani-kaiowae-por-que-os-indigenas-tentam-retomar-suas-terras>. Acesso em: 30 out. 2024.

PORTELA, Roberto Campos; MENEZES JÚNIOR, Eumar Evangelista de; SILVA, Sandro Dutra e. Marco Temporal: o projeto político do agronegócio e a ameaça aos direitos dos povos indígenas. *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, v. 147, n. 3, p. 01-22, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/Hq8cYhN5CHt9q8YTJm6GM/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 25 de out. de 2024.

SOUZA, José Gilberto de. A questão indígena: acumulação por espoliação e monopolização do território (A economia política do agronegócio). *Prim Facie*, [s.l.], v. 12, n. 22, p. 01-42, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/primafacie/article/view/19136>. Acesso em: 30 out. 2024.

VILARDI, G. Massacre Guarani Kaiowá e o direito de (r)existir. Violência e omissão do Estado. Instituto Humanitas Unisinos, 7 ago. 2024. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/642096-massacre-guarani-kaiowa-e-o-direito-de-r-existir-violencia-e-omissao-do-estado-artigo-de-gabriel-vilardi>. Acesso em 23 de out. de 2024.

## Episódio 8



### Expectativas da COP 30 para mitigar as mudanças climáticas do Norte do Brasil

Beatriz Baêta, Betina De Carolis, Helena Psomopoulos, Luciana Crivellari e Yasmim Motta

Neste episódio, discutimos a importância da COP 30, que será sediada em Belém, no Pará, e como esse evento pode ser decisivo para o futuro ambiental da região Norte do Brasil. Abordamos a crescente preocupação com questões climáticas urgentes, como o desmatamento e as queimadas, que têm afetado não apenas a população local, mas também outras regiões do Brasil e países vizinhos. A COP 30 oferece uma oportunidade única para reforçar a necessidade de políticas mais eficazes para a preservação da Amazônia e para o enfrentamento das mudanças climáticas de forma global. A escolha de Belém como sede é simbólica, destacando a urgência de ações voltadas à proteção da maior floresta tropical do mundo, essencial para a regulação do clima mundial. Contudo, enfrenta-se diversos desafios, pois apesar do alto investimento em reformar a cidade para receber um evento internacional tão importante, a cidade e os moradores sentem o assunto de mudanças climáticas e seus impactos é tratado de maneira superficial. O intuito do episódio, portanto, é questionar as ações realizadas neste período de preparação para a COP 30, refletindo sobre as futuras consequências do projeto através de uma perspectiva ambiental.

A contribuição de parceiros externos foi essencial para a construção do nosso projeto. Durante algumas aulas de Metodologia 2, tivemos a oportunidade de dialogar com grupos engajados em movimentos climáticos, como o Instituto PerifaLab e os Jovens Negociadores do Clima. Através de conselhos e orientações dadas por esses especialistas, conseguimos encaminhar nosso tema para a direção ideal, dando ênfase às partes mais importantes para um maior alcance.

### Referências

Amazônia já tem mais de 50 mil focos de fogo em 2024 e fumaça se espalha pelo país. Disponível em: <https://www.wwf.org.br/?89520/Amazonia-ja-tem-mais-de-50-mil-focos-de-fogo-em-2024-efumaca-se-espalha-pelo-pais>.

ANGELO, C. COP30 gera entusiasmo e preocupação em paraenses – OC | Observatório do Clima. Disponível em: <https://www.oc.eco.br/cop30-gera-entusiasmo-e-preocupacao-em-paraenses/>.

CARVALHO, G. A COP30 em Belém: uma armadilha? Disponível em: <https://www.amazonialatitude.com/2024/05/13/cop30-belem-armadilha/>.

COP – Senado Notícias. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/entenda-o-assunto/cop>.

COP29: Your Guide to the 2024 UN Climate Change Conference in Azerbaijan. Disponível em: [https://www.nature.org/en-us/what-we-do/our-priorities/tackle-climate-change/climate-change-stories/cop-climate-change-conference/?en\\_txn1=p\\_gd.eg.cop.en.fca\\_if&gad\\_source=1&gclid=Cj0KCQjwmt24BhDPArlsAJFYKk1EySfNG7c-WtQ40t-ePvfGgE0aUZ8JSiZhiyFE1h4q8S9JVDbC6vAaAjhZELw\\_wcB&gclsrc=aw.ds](https://www.nature.org/en-us/what-we-do/our-priorities/tackle-climate-change/climate-change-stories/cop-climate-change-conference/?en_txn1=p_gd.eg.cop.en.fca_if&gad_source=1&gclid=Cj0KCQjwmt24BhDPArlsAJFYKk1EySfNG7c-WtQ40t-ePvfGgE0aUZ8JSiZhiyFE1h4q8S9JVDbC6vAaAjhZELw_wcB&gclsrc=aw.ds).

Em Belém (PA), Lula ressalta a importância do significado da COP 30 para o país. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2023/06/em-belem-pa-lula-ressalta-a-importancia-do-significado-da-cop-30-para-o-pais>.

FABIO, PELLAES. O que é COP? Disponível em: <https://ideiasustentavel.com.br/o-que-e-cop/>.

FERRARI, F. O que definirá o sucesso da COP 30 e para as Amazônias? – Uma Concertação pela Amazônia. Disponível em: <https://concertacaoamazonia.com.br/o-que-definira-o-sucesso-da-cop-30-e-para-as-amazonias/>.

FRENTE PARLAMENTAR MISTA AMBIENTALISTA. GT CLIMA. Cartilha: Adaptação Climática nos Territórios. Clima de

Rua Marquês de São Vicente, 225  
Vila dos Diretórios, Casa 20, Gávea  
Rio de Janeiro – RJ, Brasil

+55 (21) 3527-1557  
+55 (21) 3527-1558  
+55 (21) 3527-1560

**[iri.puc-rio.br](http://iri.puc-rio.br)**



**PUC**  
RIO



**Instituto  
de Relações  
Internacionais**